

# Justiça Federal

## Digital

▶ TRF2 e JFES descerram placa de homenagem ao Laboratório de Inovação, instalam Gabinete de Representação e Usina Fotovoltaica



414

Magistrados, servidores e convidados no evento de instalação da usina

## ► Evento na JFES marca três projetos em parceria com o TRF da 2ª Região

O presidente do TRF2, desembargador federal André Fontes, e a diretora do foro da Justiça Federal do Espírito Santo (JFES), juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, realizaram na tarde de 17/10 evento que marcou três projetos em curso na JFES com o apoio do Tribunal.

O primeiro projeto é o do Laboratório de Inovação. Inaugurado no dia 25 de maio de 2018, o laboratório promove um ambiente propício ao surgimento de ideias que poderão fazer a diferença na Justiça. Na ocasião, o desembargador André Fontes discorreu, em vídeo, acerca da importância da iniciativa. Segundo o magistrado, o Laboratório de Inovação tem tudo para “ser uma referência para o Judiciário brasileiro”.

O laboratório foi instituído no âmbito do Programa de Gestão e Inovação (INOVES), criado pela Portaria JFES-POR-2017/00086, de 27 de outubro de 2017 e funciona com um time de inovação (i-Team), composto por servidores que vêm sendo formados para atuarem como laboratoristas, trabalhando de forma colaborativa, prontos a auxiliarem nas demandas que surgirem.

O Laboratório de Inovação conta com instalações próprias e equipamentos para estudos, pesquisas, oficinas, desenvolvimento de projetos e programas, com uso de metodologia e técnicas colaborativa, visando a apoiar a gestão na solução de problemas complexos. O seu paradigma é o Laboratório de Inovação em Governo – iJusLab, da Seção Judiciária do Estado de São Paulo (SJSP), inaugurado em 2017.

O Laboratório de Inovação da SJES funcionará vinculado à área de capacitação da SJES, podendo ser utilizado por todos os setores da Diretoria do Foro, magistrados e servidores interessados, mediante agendamento prévio.

Na solenidade de hoje, foi descerrada placa em homenagem a essa realização.

O segundo projeto é o da instalação da Usina Fotovoltaica. Desenvolvido em 2017 pelo Núcleo de Obras e Manutenção, a usina prevê o fornecimento de energia ‘limpa’, utilizando a luz solar, para a sede da Seccional capixaba.

A Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES) instalou painéis de energia solar no estacionamento de sua sede, em Vitória, com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica. Dos painéis, a energia passa por um sistema que a torna disponível nas tomadas. De acordo com o diretor do Núcleo de Obras e Manutenção da Justiça Federal do Espírito Santo, engenheiro Carlos Chaves Damásio, a expectativa é de gerar uma economia mensal de R\$ 7,5 mil, o que representa R\$ 90 mil por ano. A previsão é que o valor investido na construção da usina seja recuperado em cinco anos – o custo do sistema foi cerca de R\$ 460 mil – e que a duração da usina seja de 25 anos.

A SJES utilizará o sistema “grid-tie”, no qual a energia produzida pela usina e que não é utilizada pode ser vendida para a Espírito Santo Centrais Elétricas (EDP Escelsa), empresa responsável pelo fornecimento de energia no Estado, retornando para a rede e gerando um crédito imediato na conta de energia da Justiça Federal, hoje na faixa dos R\$ 100 mil.

“A energia gerada pelas placas passa por diversos cabos em eletrodutos subterrâneos e é enviada para uma central. Lá, esse conjunto de cabos se une, injetando a energia gerada pela usina no quadro geral, onde ela passa a ser consumida imediatamente ou retorna para a EDP Escelsa. O funcionamento da usina, portanto, é conjunto com a energia

fornecida pela concessionária de energia”, explicou Carlos Damásio. Dessa forma – continuou -, “a energia produzida pela usina nos fins de semana, por exemplo, quando não há expediente, é vendida para a EDP Escelsa, gerando o abatimento no valor a ser pago no fim do mês para a concessionária de energia”, destacou.

A utilização da usina fotovoltaica permitirá a redução de despesas correntes da Justiça Federal, para fazer frente à restrição orçamentária proposta pelo Governo Federal. “Em 2016 a Justiça Federal do Espírito Santo teve um corte de 28% no orçamento. Logo em seguida, com a Lei do Teto, esse orçamento reduzido passou a ser a base para os anos seguintes. Como nós já éramos eficientes, esses cortes representaram ajustes, renegociações de contratos e inclusive alguns sacrifícios, como o desligamento do ar condicionado às 18h. Em resumo, o total da economia chegou a R\$ 6 milhões por ano”, esclareceu a diretora do Foro da Justiça Federal do Espírito Santo, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik. Outra vantagem do projeto – continuou – “foi a oportunidade de capacitação de nossa equipe técnica, que desenvolveu o projeto internamente, contando com grande apoio da EDP Escelsa, o que permitirá a troca de experiência com vários órgãos interessados no tema, como o TRF4, JFRJ, TCES, TRT, IFES, entre outros.

Por fim, o dia 17 de outubro também foi marcado pela inauguração do Gabinete de Representação da Presidência do TRF2 na sede da Seccional, em Vitória.

Em discurso, o presidente do TRF2 ressaltou que as iniciativas da SJES representam um “passo certo no caminho do futuro”. Isso mostra – continuou – “a unidade interna, a coerência da instituição, da Seção Judiciária do Espírito Santo, que é motivo de aplausos e referência, modelo, paradigma para o Brasil inteiro”. Sobre a inauguração da Usina Fotovoltaica, especificamente, o magistrado considerou que “a maneira como foi resolvido o problema aqui prova que todos estão juntos para um fim comum”, ressaltou.

## ► Centro de Conciliação realiza 1121 audiências de janeiro a setembro



“O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon) obteve excelentes resultados de janeiro a setembro”, comemora o coordenador do Centro, juiz federal Marcelo da Rocha Rosado. A equipe realizou do início do ano até o mês passado 1121 audiências, conseguindo em torno de 70% de acordos. Em setembro, nos processos de juizados tendo a Caixa como parte, foram obtidos 85,19% de conciliação.

O magistrado considera o resultado digno de destaque, principalmente tendo em vista o número reduzido de servidores que compõe o Cescon. “Há que se ressaltar o esforço da equipe para chegarmos a esses números”, reconhece. Até setembro a equipe contava apenas com três servidores – Maristher Lima Siqueira, Claudio Siquara, Roberta Assunção Siqueira - e uma estagiária de nível médio – Rhafaela Vargas. Agora em outubro o Centro ganhou uma estagiária de Direito - Raquel Moraes. A supervisora do Centro, Maristher, destaca ainda o apoio do juiz federal Rogerio Moreira Alves, do 3º Juizado Especial Federal

“O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon) obteve excelentes resultados de janeiro a setembro”, comemora o coordenador do Centro, juiz federal Marcelo da Rocha Rosado. A equipe realizou do início do ano até o mês passado 1121 audiências, conseguindo em torno de 70% de acordos. Em setembro, nos processos de juizados tendo a Caixa como parte, foram obtidos 85,19% de conciliação.

O magistrado considera o resultado digno de destaque, principalmente tendo em vista o número reduzido de servidores que compõe o Cescon. “Há que se ressaltar o esforço da equipe para chegarmos a esses números”, reconhece. Até setembro a equipe contava apenas com três servidores – Maristher Lima Siqueira, Claudio Siquara, Roberta Assunção Siqueira - e uma estagiária de nível médio – Rhafaela Vargas. Agora em outubro o Centro ganhou uma estagiária de Direito - Raquel Moraes.

A supervisora do Centro, Maristher, destaca ainda o apoio do juiz federal Rogerio Moreira Alves, do 3º Juizado Especial Federal de Vitória. “Dr. Rogerio percebeu grande número de demandas que estava no Centro, principalmente das varas cíveis, e o número muito reduzido de servidores de nosso setor”, declara. Segundo ela, o trabalho de expedição de mandados é bastante demorado e é preciso sanear processos, preparar todos os atos antes e após as audiências.

“Como juiz coordenador do Núcleo de Mandados, Dr. Rogerio permitiu que o Fabio Marcelo [Régis Barbosa, diretor do NCM] e sua equipe nos ajudassem na expedição dos mandados nos processos das varas cíveis”, continua Maristher, acrescentando que sem esse apoio não conseguiriam fazer dois mutirões de grande porte seguidos – o que está ocorrendo esta semana, de 22 a 26/10, e o da Semana Nacional de Conciliação, de 05 a 09/11. Estão programadas 710 audiências!

Para esses dois mutirões, o Cescon também conta com a ajuda do juiz federal Luiz Henrique Horsth da Matta – coordenador do Cescon nas férias de Marcelo Rosado – e de servidores das varas e áreas administrativas que fizeram ou fazem curso de formação de conciliadores. “Dr. Luiz Henrique está nos ajudando muito e os servidores também, Esse auxílio é de suma importância para nós”, reforça, lembrando que ainda há tempo para quem puder se apresentar para ajudar. Basta enviar e-mail para cescon@jfes.jus.br.

## ▶ 2ª Região supera a marca de 100 mil processos judiciais tramitando no sistema e-Proc



A Justiça Federal da 2ª Região, cumprindo projeção da Corregedoria Regional da 2ª Região, concluiu, em junho deste ano, todas as atividades previstas no cronograma de implantação do sistema processual e-Proc – instrumento oficial usado para o ajuizamento e tramitação das ações digitais no Tribunal Regional da 2ª Região e nas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES). E em outubro, superou a marca de cem mil processos judiciais tramitando no sistema. Mais precisamente, 101.376 processos (76.543 na SJRJ, 23.138 na SJES e 1.695 no TRF2).

Segundo levantamento apresentado pelo Núcleo de Gestão Estratégica da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) à Corregedoria Regional da 2ª Região com relação ao cenário atual da virtualização do acervo de processos físicos não julgados da primeira

instância, o número de processos virtualizados até 31 de agosto de 2018 chegou a 43.805, ou seja, 88,72% da meta a ser atingida, que é de 49.370 processos físicos. E mais, o cenário esperado para 20 de outubro de 2018 é atingir a marca de 51.561 processos virtuais, superando em 4,43% a meta acordada para 2018.

Já, segundo informações da Secretaria Geral da Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES), não há mais processos físicos a serem virtualizados na Justiça Federal do Estado. A SJES começou o ano com 4523 processos físicos que foram virtualizados até junho.

Por fim, com relação especificamente ao projeto de virtualização no Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2) – que tem como objetivo atuar nos processos físicos não julgados em tramitação na Corte -, restam pendentes de digitalização 3.109 autos físicos que correspondem a apenas 32,60% do total. A informação é da Secretaria de Atividades Judiciárias (SAJ), que conta que em janeiro de 2018, havia 9.536 processos nessa condição. O fato é que até 31 de agosto de 2018 foram virtualizados 4.255 processos desde o início do ano.

Cabe lembrar, que a diminuição do acervo de processos físicos deve-se, além da sua virtualização, ao seu julgamento e a sua inclusão em pauta de julgamento, fatos que os retiram do escopo inicial do projeto. A estimativa do Tribunal é que a digitalização de todos os processos físicos não julgados possa ser concluída até a segunda quinzena de dezembro de 2018.

## Migração

Já a migração do acervo de processos judiciais do sistema Apolo para o sistema e-Proc também está sendo realizada com sucesso na 2ª Região. A primeira unidade a passar pelo procedimento foi o 3º Juizado Especial Federal de Vitória (JEF), no qual a migração foi finalizada em agosto. Já em setembro, o trabalho foi efetuado em todos os JEFs do Espírito Santo, além de no 16º JEF do Rio de Janeiro. Até outubro, por exemplo, 548 processos foram migrados na SJRJ e 2.778 ocorreram na SJES. A previsão é que a migração total entre os sistemas esteja concluída em junho de 2019, em todas as unidades da Justiça Federal da 2ª Região.

Antes disso, em dezembro de 2018, deverá ser atingida uma das principais metas do cronograma da migração, conforme fixado pela Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região. Nesse mês, será efetuada a migração do acervo de 409 mil processos do Rio de Janeiro que tratam de Execução Fiscal. O número representa 63% do total dos processos que tramitam no sistema Apolo.

Certeza do êxito no desafio não falta à corregedora regional da 2ª Região, desembargadora federal Nizete Lobato, que coordena o trabalho de migração entre o antigo e o novo sistema. Para ela, “o engajamento de magistrados, servidores e demais colaboradores está sendo fundamental para que a transposição de sistemas flua de forma rápida e sem maiores dificuldades”.

Confira o gráfico com a evolução da virtualização dos processos no RJ e no ES no [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br).

## Implantação

A implantação do sistema processual e-Proc na 2ª Região deu-se em fevereiro nos Juizados Especiais Federais (JEFs) de Vitória e nas Turmas Recursais (TRs) do Espírito Santo, em março, nos JEFs da capital fluminense e nas TRs do Estado do Rio de Janeiro, e em abril, nas 1ª e 2ª Turmas Especializadas do TRF2 na competência previdenciária e propriedade industrial.

Por fim, o dia 29 de junho marcou o início do e-Proc na competência criminal em todos os órgãos julgadores da 2ª Região.

O e-Proc foi idealizado por magistrados e servidores da Justiça Federal da 4ª Região. Atualmente, conta com cerca de 150 mil

advogados cadastrados em todo país.

O primeiro sistema processual eletrônico da Justiça Federal brasileira começou a ser utilizado em 2003, nos Juizados Especiais Federais (JEFs) do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. A versão atual foi construída aproveitando os conceitos da primeira versão, sendo implantada em todas as varas federais de primeiro grau em 2009 e, em 2010, também no TRF4.

Por atender todas as matérias e graus, é considerado pelos usuários um sistema consolidado pela agilidade e pelas funcionalidades. Além disso, representa economia para a gestão pública e sustentabilidade, pois dispensa o uso de papel e insumos para a impressão. Outro aspecto é a disponibilidade do sistema online, 24 horas por dia, a partir de qualquer local com acesso à internet.

O sistema é constantemente atualizado pela equipe de desenvolvimento, atendendo às novas demandas desses usuários.

## ▶ Justiça Federal dá prosseguimento ao programa HubJus de Inovação



Durante os dias 3, 4 e 5/10, com o auxílio dos consultores André Tamura e Lincon Shigaki – da empresa WeGov, especializada em inovação no setor público - servidores e representantes de outros órgãos inscritos no programa HubJus de Inovação da Justiça Federal participaram dos módulos para Imersão e Ideação.

Na fase de imersão, as equipes mergulharam nas implicações do desafio, estudando tanto o ponto de vista da instituição quanto do usuário final. Já a ideação é quando as ideias são apresentadas sem nenhum julgamento.

**Próxima etapa** - O programa HubJus terá continuidade nos dias 8 e 9 de novembro, com o módulo para Prototipação, quando os participantes passarão da ideia abstrata para o físico, de forma a representar a realidade e gerar uma solução concreta.

O objetivo do programa é ajudar a Seção Judiciária a criar soluções para seus desafios, tendo como objetivo maior a melhoria contínua dos serviços prestados ao cidadão.

## ▶ Justiça Federal comemora Dia do Servidor com homenagem por Tempo de Serviço

Em homenagem ao Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de outubro, a Seção Judiciária do Espírito Santo realizou na quarta-feira, 24, em sua sede, confraternização em homenagem a 66 servidores e uma juíza, que completam neste ano 10, 15, 20, 25 e 30 anos de exercício na 2ª Região, de acordo com o Art. 10, da Resolução nº 37, de 15 de junho de 2012, da Presidência do TRF2.

Os eventos do “Mês do Servidor” são realizados em parceria com o Núcleo de Gestão de Pessoas e com o Núcleo Regional do Centro Cultural Justiça





Federal, em Vitória.

A programação conta ainda com o patrocínio da Associação dos Servidores da Justiça Federal no Espírito Santo – Assejufes, representada no evento pelo seu presidente, Thiagus Coelho Freitas, e do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal do Espírito Santo – Sinpojufes, representado pelo seu presidente, Wilmar Carregozi Miranda.

Na abertura, parte do Coral Justiça Federal – que está inativo – abriu exceção e brindou os colegas com uma breve (mas belíssima) apresentação.

A pianista Fabíola Bortolozzo do Carmo Rocha cantou “Vitória do Espírito Santo”, música de João Alexandre, em solo. Em seguida, com o Coral, apresentou “Você”, de Tim Maia. Há que se registrar o esforço dos colegas do Coral, em especial Gina e Fabíola, que prepararam tudo em pouquíssimo tempo.

Em seguida, a servidora Cristina Peres Bernardino de Almeida, lotada na 2ª Vara Federal Criminal, que completa neste ano 20 anos de exercício na Justiça Federal, fez uso da palavra. Cristina revelou que, antes de tomar posse na Justiça Federal, trabalhou com moda e foi professora de educação física. Depois, muito emocionada, falou de sua trajetória na SJES e dos amigos que fez aqui.



A próxima a falar foi Gelciane Ramos Alves, da Coordenadoria Jurídica, que fez a leitura de um texto em nome da colega Maria Auxiliadora do Nascimento, da Sagab-Dirfo, uma das homenageadas da tarde, que completa neste ano 30 anos de exercício na 2ª Região. No texto, Dôra destacou o privilégio de ter trabalhado com todos os juízes que ocuparam a Direção do Foro após os fundadores Romário Rangel e Oswaldo Aguirre: “Dr. Ivan Athié, Dr. Cruz Neto, Dr. José Ferreira, Drª Virgínia Procópio, Dr. Macário, Dr. Alexandre Miguel, Drª Maria Cláudia, Drª Enara, Drª Eloá, Dr. Ricarlos, Dr. Fernando Mattos, Dr. José Eduardo e, agora, a Drª Cristiane Chmatalik”.

Representando os juízes, foi passada a palavra para a juíza federal titular da 2ª Vara Federal Cível de Vitória, Enara de Oliveira Olímpio Ramos Pinto, que neste ano completa 20 anos de exercício na 2ª Região. Em seu discurso, a magistrada relembrou a história da Justiça Federal e saiu em defesa da instituição nesses tempos de polarização ideológica. “Independentemente de candidatos e eleições, de esquerda ou direita, a Justiça Federal representa, em meu entender, a face de um só povo, uma só nação republicana, uma só nação democrática”.



Após os pronunciamentos, a diretora do foro e os demais juízes presentes – Enara de Oliveira e Ronald Krüger – foram convidados a fazer a entrega dos certificados aos homenageados.

Ao final, houve confraternização com bolo comemorativo e lanche especial, gentilmente, oferecidos pela Assejufes e pelo Sinpojufes.

**Informativo produzido pelo:**

Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)  
Justiça Federal do Espírito Santo

---

**Contatos:**

Telefone: (27) 3183-5109

E-mail: [ncs@jfes.jus.br](mailto:ncs@jfes.jus.br)

Site: [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br)

---

**Projeto Gráfico**

Subsecretaria de Produção Visual - SPRO

